

# Mobilizações coletivas na Roma tardo-republicana: repertórios de confronto e interesses nos *Ludi Romani* (57 a.C.)

*Collective mobilizations in Late Republican Rome: repertoires of confrontation and interests in the 'Ludi Romani' (57 BC)*

Jonathan Cruz Moreira\*

**Resumo:** Mobilizações coletivas eram uma resposta cada vez mais frequente, no século I a.C., a questões que afetavam diretamente a plebe urbana de Roma, especialmente, mas não apenas, no que se refere ao preço dos alimentos. Os limites impostos pela estrutura político-social da República e o aumento da violência política da época aprofundavam laços entre lideranças políticas e grupos populares, de forma que a dependência/agência da plebe em revolta com relação a lideranças da elite são um aspecto central para a compreensão deste processo. Este artigo tem como objetivo central refletir sobre as possibilidades de agência nas mobilizações coletivas da Roma tardo-republicana. Para tanto, busca-se nos conceitos de *repertório de confronto*, de Charles Tilly, e no estudo de caso da revolta dos *Ludi Romani*, em 57 a.C., compreender tais mobilizações em seus próprios interesses objetivos e em suas práticas de revolta..

**Abstract:** Collective mobilizations were an increasingly frequent response, in the 1st century BC, to issues that directly affected the urban plebs of Rome, especially, but not only, with regard to the price of grain. The limits imposed by the socio-political structure of the republic and the deepening of political violence at the time, deepened ties between political leaders and popular groups, so that the dependence/agency of the plebs in revolt in relation to elite leaders becomes a central aspect for understanding of this process. The main objective of this article is to reflect on the possibilities of agency in the collective mobilizations of Late Republican Rome. In order to do so, it seeks, in Charles Tilly's concepts of confrontation repertoire, and in the case study of the *Ludi Romani* revolt, in 57 BC, to understand such mobilizations in their own objective interests and their practices of revolt.

**Palavras-chave:**

Mobilização coletiva.  
República Tardia.  
Plebe urbana.  
Roma antiga.

**Keywords:**

Collective mobilization.  
Late Republic.  
Urban plebs.  
Ancient Rome

---

Recebido em: 19/05/2022  
Aprovado em: 27/06/2022

---

\* Graduado em História pela Universidade de Taubaté (UNITAU, 2015), mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2019) e doutorando pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É ainda membro do Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medieval (NERO-UNIRIO).

## Introdução

O último século da República romana foi palco de ao menos uma centena de mobilizações coletivas de diferentes dimensões: de clamores no teatro a ataques violentos a magistrados e senadores, com pedras, paus, ameaças de incêndio, além da destruição de *fascēs* e outros símbolos de autoridade (VANDERBROEK, 1987, p. 220-267; COURRIER, 2014, p. 748-916).<sup>1</sup> Este artigo se propõe a discutir as mobilizações coletivas populares no último século da república, tendo em vista um de seus problemas centrais: as possibilidades de agência dos subalternos em suas formas de expressão de aprovação e descontentamento em uma sociedade na qual o acesso ao exercício formal da política estava restrito à elite senatorial.

Se a estrutura estamental da sociedade romana negava à plebe urbana uma participação determinante nas principais esferas decisórias do Estado,<sup>2</sup> ela muitas vezes se fazia ouvir por meio de diferentes formas de ação coletiva, ainda que frequentemente relacionada à atuação de senadores e magistrados. Ainda que as estruturas sociais em diferentes épocas imponham aos agentes limitações às suas formas de ação, em maior ou menor medida, independentes, estas mesmas estruturas permitem condições e possibilidades de agência, de *agir de outro modo*, a fim de se intervir no curso dos acontecimentos (GIDDENS, 1987, p. 216; 221; OLIVEIRA; COURRIER, 2022, p. 15). No caso da Roma tardo-republicana, este artigo sugere a possibilidade de aproximar-nos da agência no que tange a mobilizações coletivas, por meio de conceitos como o de *repertório*, cunhado por Charles Tilly (1978), que compreende as maneiras por meio das quais os grupos subalternizados se mobilizam, como uma linguagem construída socialmente e que lhes permite expressar seu contentamento ou seu apoio.

---

<sup>1</sup> As compilações de mobilizações populares no período tardo-republicano variam substancialmente em critérios tanto tipológicos quanto espaciais e temporais. O levantamento de Andrew Linttot (1968, p. 209-216), que se concentrava em mobilizações violentas do século III a.C. ao I a.C., registra 30 entradas entre 100 a.C. e 44 a.C. O levantamento de Catherine Virlouvet (1985, p. 11-19), por sua vez, tendo como objetivo compilar mobilizações relacionadas a episódios de escassez de alimentos, inclui 26 entradas no mesmo período. Já Vanderbroek (1987, p. 220-267), cujo escopo tipológico abrange demonstrações não violentas, registra 92 entradas desde 78 a.C. a 44 a.C.; e Cyril Courier (2014, p. 748-946), que compilou mobilizações diversas entre a morte de Tibério Graco (133 a.C.) e a aclamação de Domiciano (93), registra 118 mobilizações entre 100 a.C. e 44 a.C.

<sup>2</sup> Não há uma definição cabal de plebe ou de plebe urbana. Em primeiro lugar, a documentação antiga relativa ao período tardo-republicano não a definia de maneira específica. Em segundo lugar, constituía um grupo profundamente heterogêneo econômica, social e etnicamente. É possível defini-la, como Purcell (1992, p. 644-645), como um subgrupo da população urbana residente na cidade, mas que não era membro das ordens senatorial ou equestre. Definição que excluía escravos e estrangeiros. O mesmo autor complementa, no entanto, que tal exclusão se torna progressivamente turva à medida que libertos e estrangeiros se instalam na cidade. Cyril Courier (2014, p. 29-297) e Jarry Toner (2009, p. 2), por sua vez, dão ênfase às experiências da vida urbana entre diferentes grupos distantes das ordens superiores, como aspectos definidores de solidariedades mútuas da plebe urbana, em associações, bairros e espaços de convívio, incluindo, por vezes, libertos e escravizados em interesses mútuos.

Com este objetivo, este artigo refletirá sucintamente sobre os estudos dos grupos subalternos na República romana. Em seguida, se buscará expor o conceito de *repertório*, de Charles Tilly, como possibilidade de saída para o impasse entre as mobilizações e a pretensa incapacidade dos grupos subalternos do período em agir independentemente, expondo exemplos de diferentes repertórios de confronto presentes na documentação. Por fim, trataremos, como estudo de caso, da revolta ocorrida durante os *Ludi Romani*, em 57 a.C., na qual os jogos foram interrompidos e o Senado ameaçado. Aqui, se dará ênfase ao discurso de Marco Túlio Cícero, *De Domo Sua*, proferido em 57 a.C., no qual o orador defendia a reabilitação da propriedade há pouco confiscada. O discurso trata de maneira detalhada da revolta com o intuito de justificar as atividades de Cícero naquele contexto, culminando com sua intervenção para aprovação da *cura annonae* de Cneu Pompeu.

### **As mobilizações coletivas romanas entre os limites e a agência**

A história de Roma foi, por muito tempo, resumida na célebre frase de Ronald Syme: a história da classe dirigente. As razões para a escassez de pesquisas sobre os subalternos neste campo vão desde a natureza da documentação escrita, quase invariavelmente proveniente das elites; ao distanciamento entre os estudos clássicos e outros ramos da historiografia no Pós-Guerra; até a identificação, consciente ou não, entre os historiadores modernos e as elites do Mundo Antigo, invariavelmente interferindo nas escolhas e métodos de pesquisa (OLIVEIRA; COURRIER, 2022, p. 2; 8). Assim, os Estudos Clássicos acompanharam pouco o movimento iniciado entre os anos de 1960 e 1970 por estudos como os de Edward Thompson e Christopher Hill, nos quais a teoria marxista era revista e aplicada ao estudo da história, para o resgate dos trabalhadores e camponeses, e suas práticas construídas historicamente (VLASSOPOULOS, 2018, p. 211).

A *plebe* ou a *multidão* foi, porém, objeto de algumas exceções importantes que foram revisitadas mais tarde. Valem destaque Peter Brunt (1966) e Zvi Yavetz (1958; 1969), que, nos anos 60, buscaram compreender o papel das pessoas comuns na transição entre a República e o Principado, ou movimentos de revolta da *Roman mob* na República Tardia. Os últimos vinte anos têm sido de ênfase nos grupos oprimidos na historiografia de modo geral, na esteira das recentes crises capitalistas, e mesmo da chamada virada linguística e do pós-colonialismo, que têm imposto novas questões e metodologias aos historiadores, o que não tem sido diferente com relação ao estudo da Antiguidade (VLASSOPOULOS, 2018, p. 217). Grupos em geral distantes da atenção privilegiada das fontes, como

mulheres ou crianças, por exemplo, têm sido objeto de estudos específicos.<sup>3</sup> Ao mesmo tempo, desafios relacionados às pesquisas sobre os excluídos, como o próprio mosaico sociocultural que constituía a sociedade romana, têm sido confrontados: *a não-elite, os invisíveis, a plebs urbana, os subalternos* têm sido compreendidos sobretudo a partir do que os une – seus interesses e espaços comuns de sociabilidade, dificuldades cotidianas e formas de interferir no mundo profundamente hierarquizado ao seu redor, levando em conta, também, suas profundas especificidades sociais e culturais (TONER, 2009, p. 2).<sup>4</sup>

Com relação aos motins, protestos e mobilizações coletivas da multidão romana, uma das questões centrais reside na natureza das lideranças destas mobilizações e suas relações com a elite dirigente. O período entre 100 a.C. e 50 a.C. observou um crescimento exponencial de protestos violentos ou não e, portanto, parece um contrassenso considerarmos a República romana como repousada apenas sobre a autoridade da elite política e sob sua absoluta influência sociocultural. Karl-J Holkeskamp (2010, p. 52) considera, nesta linha, que a plebe urbana compartilhava com a elite seus valores e, sobretudo, o respeito pela autoridade, de modo que “o alto grau de obediência do *populus romanus*” era um aspecto central da cultura política e social.

Se a obediência, segundo afirma Holkeskamp, era um definidor das relações entre a elite e os dominados, como explicar o grande número de gestos desafiadores da plebe urbana contra senadores e magistrados? Egon Flaig (1994, p. 22) afirma que o escopo restrito das mobilizações populares romanas, localizadas e limitadas a um curto espaço e tempo, se explica por um profundo conformismo por parte da plebe, por isso as revoltas não eram espontâneas, dependendo da participação ativa de algum magistrado que canalizaria ideias e ações e não correspondiam de modo algum a qualquer tipo de organização ou de coesão da plebe em torno de objetivos comuns, mas se pautavam pela direção dos nobres, que ofereciam uma opinião totalmente pronta.

A plebe dificilmente conseguiu alcançar por ela mesma um consenso entorno de uma ação coletiva coerente [...] nem era capaz de formar ela mesma uma opinião; ela se tornava sempre aos nobres, que lhes oferecia uma opinião formada. (FLAIG, 1994, p. 25).

<sup>3</sup> Ver, respectivamente, Maclachlan (2013) e Carroll (2018).

<sup>4</sup> O seminal *The culture of the Roman Plebs*, de Nicholas Horsfall, abriu caminho para diversas pesquisas sobre uma cultura popular identificada com os grupos subalternos na Antiguidade. Alguns deles são, *Popular Culture in the Ancient Rome* (TONER, 2009); *Invisible Romans* (KNAPP, 2011), *Popular Culture in the Ancient World* (GRIG, 2017) e *Ancient History from below* (OLIVEIRA; COURRIER, 2022); aspectos específicos, como a relação entre a plebe urbana e uma religião popular (SIMÓN; PINA POLO, 2000; FLOWER, 2017), a comunicação e a cultura política da plebe (ROSILLO-LÓPEZ, 2007), a participação da plebe na política formal (MOURITSEN, 2001) e informal (COURRIER, 2014) enriqueceram e complexificaram este campo de estudos nos últimos anos.

É importante levar em conta, no entanto, que a participação de lideranças provenientes da elite senatorial, sobretudo num contexto de acirramento da violência política, não implica *per se* desconsiderar o papel central da agência da plebe urbana. Em primeiro lugar, considerar que a plebe tendia à simples recepção das influências da hierarquia social pode levar à reprodução dos ecos das fontes antigas, que consideravam a plebe um corpo volúvel, facilmente atraído pela ganância e inerentemente violento (Salústio, *De Bellum Catilinae*, 48, 1-2). Conforme demonstram Jerry Toner (2009) e Cyril Courrier (2014), a cultura da plebe urbana de Roma se relacionava à sua experiência e às relações que estabelecia no espaço urbano dominado por lugares de interação social e religiosa, como as tabernas, as *insulae* ou os *compita*,<sup>5</sup> além de associações profissionais, religiosas, e geográficas, os *collegia*, que tinham um papel central na vida das pessoas comuns e congregavam sob hierarquias próprias, escravos, libertos e livres pobres (FLOWER, 2018).<sup>6</sup> Como define Purcell (1992, p. 673), as relações entre a taberna e a *insula*; as lápides e o *collegium*, a *familia* e a comunidade, tinham sua contrapartida final nos *comitia*, na *contio* e na revolta.<sup>7</sup> Não por acaso, em 64 a.C., alguns *collegia* foram proibidos após seu envolvimento em revoltas (Ascônio, *In Pisonem*, 7C; ALDRET, 2013, p. 434) e sua restauração tornou-se bandeira política relevante nos anos seguintes, até serem reestabelecidos, em 58 a.C. (FLOWER, 2017, p. 247-249).<sup>8</sup>

Somem-se a isso o apoio ou a rejeição a um magistrado, o valor dos aluguéis, distribuição dos cidadãos entre as tribos, e sobretudo a flutuação dos preços dos alimentos, que eram motivos frequentes de revoltas que incidiam diretamente na maneira como as pessoas comuns lidavam com a própria subsistência e sua relação com os governantes. A alimentação de grande parte da plebe, em especial, dependia substancialmente de subsídios e, em momentos de flutuação, os preços tornavam-se insuportáveis (COURRIER, 2014, p. 52).<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> *Insulae* eram prédios residenciais que abrigavam apartamentos de dimensões variadas, e que concentravam parte significativa da vida urbana de Roma (PURCELL, 1992, p. 667). Os *compita*, por sua vez, eram altares dedicados aos *lares compitales*, localizados nas encruzilhadas, sob os cuidados de autoridades do bairro, os *uicomagistri* (FLOWER, 2017, p. 254).

<sup>6</sup> Os *collegia* eram associações profissionais e/ou religiosas que congregavam uma miríade de grupos, geralmente identificados com estratos sociais subalternizados, e tiveram um papel central como base de mobilizações coletivas na República Tardia. Sobre os *collegia*, ver especialmente Tran (2006).

<sup>7</sup> As *contiones* eram reuniões públicas que ocorriam no fórum no período tardo-republicano, sempre convocadas por um magistrado, antes de uma reunião de votação (*comitia*) ou não. Sobre as *contiones*, ver Morsten-Marx (2004).

<sup>8</sup> De 64 a.C. ao principado de Augusto, os *collegia* e os *vicii* foram objeto de diversas reorganizações por parte das autoridades, com o objetivo de restringir seu envolvimento em questões políticas. Ver Tran (2006, p. 15-22).

<sup>9</sup> Sobre as revoltas populares relacionadas ao abastecimento de alimentos, ver Virlouvet (1985). A estimativa de Courrier (2014) é de que, sem preços subsidiados, os gastos com alimentação podiam chegar a aproximadamente 82,35% do orçamento familiar. A estimativa baseia-se em um ano, à época de César, com uma média de 272 dias trabalhados (excetuados os dias de festas em que o trabalho é dispensado), e uma família de 2 pessoas, sem filhos, com um

Por fim, deve-se levar em conta a expectativa da plebe urbana sobre a responsabilidade dos magistrados no bom funcionamento do mercado e dos preços. A não realização das expectativas relacionada ao abastecimento da cidade, obras públicas, jogos e preços conferiam uma direção legitimadora às mobilizações, afastando-as de simples *revoltas do estômago*. Com base neste conceito de legitimação de Edward Thompson (1998, p. 152), Paul Erdkamp (2002, p. 93) analisou as revoltas relacionadas à fome na Roma antiga como mais do que o impulso da subsistência ameaçada, mas como relacionadas a uma noção de *certo e errado* no que se refere à responsabilidade dos magistrados com relação ao abastecimento urbano. Compreender as mobilizações da plebe urbana por meio de suas práticas e analisá-las como um constructo coletivo nos permite observar mais de perto a agência dos subalternos nestes eventos, ainda que mediadas frequentemente por líderes e magistrados.

### **Contribuição de Charles Tilly: repertórios da plebe urbana**

O sociólogo Charles Tilly (1929-2008) dedicou-se, desde 1977, a compilar e compreender diferentes formas de mobilização coletiva na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, com o objetivo principal de explicar o surgimento e o desenrolar de formas de expressão popular de descontentamento, por meio da reconstrução da *estrutura de oportunidades e ameaças políticas* que formam o contexto da ação coletiva (ALONSO, 2012, p. 21). Em outras palavras, as mobilizações estudadas por Tilly ocorriam mediadas pelas relações entre dois grupos em confronto, nas quais um buscava defender seus *interesses*, a partir de uma janela de *oportunidades*, como a probabilidade de repressão e de qual tipo, por exemplo, partindo de formas de *organização* que lhes são próprias (TILLY, 1978). Definidos os interesses, as oportunidades e as estruturas de mobilização, os grupos em revolta aplicavam um *repertório da ação coletiva ou repertório de confronto*. Segundo Tilly (1993, p. 26), *repertório* identifica um conjunto limitado de rotinas que eram compreendidas, compartilhadas e empregadas por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Estas rotinas que compõem o repertório de confronto de um grupo são limitadas e construídas coletivamente em um longo processo de aplicação e adaptação.<sup>10</sup>

---

consumo de 96 *modii* anuais de trigo. A mesma família, com preços subvencionados, teria aproximadamente 42,5% de seu orçamento dedicado à compra de trigo.

<sup>10</sup> O termo repertório, em si, não é por acaso, mas carrega uma analogia a uma banda de *jazz* que constrói, na prática da sua carreira, um repertório musical composto por diferentes rotinas, adaptando-o a cada apresentação, incluindo, excluindo e transformando o repertório com o passar do tempo ou com as transformações conjunturais. Ver Alonso (2012, p. 25).

O repertório da ação coletiva geralmente inclui apenas um punhado de alternativas. Geralmente muda lentamente, parece óbvio e natural para as pessoas envolvidas. Assemelha-se a uma linguagem elementar. Familiar como o dia para seus usuários, apesar de toda a possível estranheza e incompreensão para alguém de fora (TILLY, 1978, p. 156).

As pessoas em um determinado lugar e tempo aprendem a realizar uma série de rotinas alternativas de ação coletiva, adaptando cada uma às circunstâncias imediatas e às reações de antagonistas, autoridades, aliados, observadores, objetos de sua ação e outras pessoas de alguma forma envolvidas na luta (TILLY, 1993, p. 265).

O repertório de confronto disponível à plebe urbana na Roma tardo-republicana envolvia desde opções menos violentas, como o uso de apelidos, o cultivo de boatos, ou protestos e clamores, até a violência direcionada tanto a construções e símbolos de poder, quanto a magistrados e senadores.<sup>11</sup> A recorrência dessas formas ao longo de várias décadas tem sido frequentemente vista como reveladora do caráter ritualizado da vida política romana em torno de condutas e gestos que permitiram que a multidão, de forma rápida e inequívoca, compartilhasse imediatamente seus sentimentos para com a aristocracia, mesmo em suas formas mais violentas (COURRIER, 2014, p. 501).

Boatos e rumores, por exemplo, eram importantes para a construção de uma imagem pública, para o que eram cuidadosamente promovidos, além de serem uma fonte indispensável de informações para quaisquer senadores que buscavam ser bem informados sobre o clima político da cidade (BELCHIOR, 2018). Ademais, em uma sociedade na qual os meios de comunicação e as ferramentas institucionais de atuação política pela população comum eram limitados, quando não, inexistentes, a troca informal de informações permitia que os temas em discussão partissem do centro político da cidade, o fórum, para espaços de sociabilidade mais amplos, em um movimento das *Rostra* aos *compita* (LAURENCE, 1994, p. 2), além de representar também um meio de controle da classe política, seja interno, a partir de rumores incentivados e colhidos pela própria classe política, seja externo, por meio do julgamento de seus governantes, expresso nos rumores e boatos que passava adiante (ROSILLO-LÓPEZ, 2007, p. 116).

Clamores e vaias nas assembleias e nos teatros também eram recorrentes. Andrew Linttot (1968, p. 9) argumentaria que o ato de demandar violentamente com palavras (*flagitatio*) possuía conexões antigas com outras formas de justiça popular mais violentas, como o incêndio residencial, por exemplo. Nos teatros, o contato direto entre magistrados

---

<sup>11</sup> Para uma análise do repertório de confronto na Antiguidade Tardia, suas permanências e transformações decorrentes das mudanças na estrutura do poder e da consolidação do cristianismo, ver Magalhães de Oliveira, 2020.

e a massa de espectadores, mediado pelo clima festivo, promovia uma oportunidade singular de expressão, onde o anonimato da massa conferia força e consistência para o apoio ou as reivindicações da plebe (GUARINELLO, 2007, p. 128). As *contiones* e tribunais, por sua vez, davam lugar a diversas demonstrações, por vezes furiosas de descontentamento por meio de clamores, ameaças e vaias. Salústio (*Bellum Iugurthinum*, 34, 1) descreve uma *contio* na qual o rei Jugurta, da Numídia, fora convocado à Roma por volta de 111 a.C., e tendo sido protegido por um tribuno, a multidão presente “se tornou violentamente incendiada e tentou aterrorizá-lo com seus gritos e olhares. Fizeram muitos gestos ameaçadores e tudo que a raiva costuma incitar”.

Em 67 a.C., os preços dos grãos subiam devido ao antigo problema da pirataria no Mediterrâneo, que prejudicava as rotas marítimas e interrompia a oferta (GARNSEY, 1988, p. 198-218). O tribuno Aulo Gabínio propôs, então, que um comando extraordinário fosse conferido a Pompeu para o combate à pirataria no Mediterrâneo, medida que sofreu forte oposição do Senado. Os tribunos contrários à lei foram impedidos de falar pela multidão, que se recusava a fazer silêncio, e quando o tribuno L. Róscio fez um sinal com a mão indicando que o comando deveria ser repartido entre dois magistrados, segundo Dião Cássio (36, 36) e Plutarco (*Pompeius*, 25, 5), os gritos ameaçadores da multidão fizeram com que um pássaro caísse morto dos céus, de modo que Róscio daí por diante calou não só sua voz, mas também suas mãos.

As mobilizações coletivas no período tardo-republicano não raramente excediam o limite das simples ameaças e boatos, resultando em ataques violentos, lançando-se mão de pedras, paus e fogo. A *lapidatio*, o ataque a pedradas, por exemplo, era uma das formas recorrentes de ação popular violenta. Apedrejamento de criminosos como punição militar já fazia parte de um imaginário punitivo popular e o uso de *lapidatio* como linguagem da justiça política é uma extensão disso (LINTOTT, 1968, p. 7). Em 62 a.C., por exemplo, o tribuno da plebe Mételo Nepos propunha o retorno imediato de Pompeu, ainda em missão no Oriente. A oposição do Senado, principalmente de Catão, resultou no lançamento de pedras contra ele (Plutarco, *Cato, Minor*, 27, 1). Do mesmo modo, magistrados, senadores e especialmente suas *domus* podiam ser ameaçadas de serem incendiadas. Acusado de ser o culpado do aumento dos preços dos alimentos por seu rival P. Clódio, Cícero viu sua casa ser alvo não apenas da destruição durante seu período de exílio, em 58 a.C., como de incêndios e apedrejamentos durante sua reconstrução, no ano seguinte (Cícero, *Epistolae Ad Atticum*. 4, 3, 3).

Não raro, diversas rotinas de ação coletiva eram articuladas em determinada mobilização, e tinham como alvo não apenas indivíduos e lugares, mas símbolos da

autoridade dos magistrados, como os *fasces*.<sup>12</sup> Os *fasces*, para Marshall (1984, p. 138), possuíam um simbolismo importante para grupos sociais subalternos, e não eram vistos por romanos comuns como relíquias arcaicas, mas como o poder efetivo incorporado no objeto. Em 59 a.C., durante seu consulado, Júlio César propôs uma *Lex Agraria*, que previa a distribuição de terras, especialmente na Campânia, a famílias de cidadãos pobres. A reação do Senado contra a aprovação da lei teve a liderança do colega de César no consulado, Marco Bíbulo, que foi atacado quando chegava ao fórum durante a fala de César a favor da medida. Seus *fasces* teriam sido quebrados, pedras teriam sido lançadas contra Bíbulo, os *lictors* e tribunos que o acompanhavam se feriram, e o cônsul precisou buscar refúgio no templo de Júpiter *Stator* (Plut., *Cat. Min.*, 32, 2).

*Fasces* como estes podiam fazer um movimento inverso de delegação de poderes, como o que sucedeu à morte de P. Clódio, em 52 a.C. Grupos da plebe urbana,<sup>13</sup> em revolta pela morte do ex-tribuno, haviam incendiado seu corpo no interior da *Curia Hostilia* e, depois, levado as tochas para incendiar a casa de T. Milão, acusado de ser o responsável pelo assassinato. No percurso, também teriam invadido a casa do *interrex* Lépido, destruído os retratos de seus antepassados e, por fim, levado os *fasces* a Pompeu,<sup>14</sup> exigindo que fosse feito ditador ou cônsul. Diante da morte de Clódio, a revolta articulou diversas opções disponíveis no repertório da plebe urbana: o incêndio, a ameaça, o ataque a casas e, também, a apropriação e ataque a objetos simbólicos, como as *imagines* dos antepassados e os *fasces*.

Havia riscos associados às mobilizações coletivas, e eles não podem ser desprezados. De fato, uma força policial não existia na Roma antiga, e mesmo as coortes urbanas e a guarda pretoriana ainda estavam por ser formadas, no fim do século, por Augusto (NIPPEL, 1995, p. 90-100). No entanto, grupos armados contrários eram formados para conter mobilizações e revoltas que frequentemente se tornavam verdadeiras batalhas.<sup>15</sup> Forças regulares também podiam ser empregadas para aplacar revoltas a partir da ação de magistrados. Em 44 a.C., pouco após o assassinato de Júlio César, um culto popular ao ditador surgiu sob a liderança de certo Amácio, suposto neto de C. Mário (Cic., *Att.*, 14, 5-7). Diante de rumores de que os seguidores de Amácio buscavam matar os assassinos de César, Marco Antônio, então cônsul, determinou que

---

<sup>12</sup> Feixe de varas amarradas com uma lâmina de machado carregado por *lictors*, símbolo do poder investido ao magistrado.

<sup>13</sup> Asc., 32C, 19. *Infimaque plebis et servorum maxima multitudo*.

<sup>14</sup> Sobre os *fasces* e seu aspecto simbólico na revolta do funeral de P. Clódio, ver Sumi (1997, p. 100-102).

<sup>15</sup> Especialmente a partir dos últimos anos do século II a.C., quando grupos políticos em oposição frequentemente reuniam homens armados dispostos a interromper votações ou a pressionar por aprovação de suas leis. Os embates entre P. Clódio e seus aliados e T. Ânio Milão entre 58 e 52 a.C. são um bom exemplo deste processo. Sobre isso, ver Tatum (2010, p. 179-214).

soldados matassem Amácio e derrubassem seu altar. Diante disso, segundo Apiano (*Bella Ciuilia*, 3, 3, 1):

Os seguidores de Amácio e o povo em geral (*ἄλλος δῆμος*), sentindo falta de Amácio e sentindo-se indignados com o feito, e especialmente porque tinha sido feito por Antônio, a quem o povo havia honrado, decidiram que não seriam desprezados dessa maneira. Com gritos, eles tomaram posse do fórum, exclamando violentamente contra Antônio, e pediram aos magistrados que dedicassem o altar no lugar de Amácio e oferecessem os primeiros sacrifícios a César. Tendo sido expulsos do fórum por soldados enviados por Antônio, eles ficaram ainda mais indignados e vociferaram mais alto, e alguns deles mostraram lugares onde as estátuas de César haviam sido arrancadas de seus pedestais. Um homem disse a eles que poderia mostrar a loja onde as estátuas estavam sendo quebradas. Os outros o seguiram e, vendo o fato, incendiaram o local.

Apiano segue afirmando que o tumulto apenas teve fim quando Antônio enviou reforços que mataram os que resistiram, crucificando os escravos e lançando da Rocha Tarpeia os cidadãos livres (App., *B.Civ.*, 3, 3, 1). O emprego deste repertório construído e limitado de opções era, portanto, mediado também pelos riscos possíveis aos participantes caso algo saísse do controle. Estes elementos influem nas mobilizações populares de modo que grupos em revolta improvisam, reorganizam seus repertórios e combinam rotinas para alcançar seus objetivos. Vejamos com mais detalhes a revolta ocorrida em 57 a.C. a partir dos *Ludi Romani*, quando parte da plebe, diante da ameaça de uma escassez grave de alimentos, interrompeu os jogos do teatro, atacou o templo no qual o Senado estava reunido e, por pouco, não tirou a vida de senadores presentes.

### **Os *Ludi Romani* de setembro de 57 a.C.**

Os tumultos que tiveram lugar em setembro de 57 a.C. não estavam isolados. No mês anterior, enquanto se celebravam os *Ludi Apollinares*,<sup>16</sup> uma multidão já havia invadido o teatro, tirando os expectadores de seus lugares e, depois, atacado a casa do pretor (Cícero, *De Domo sua*, 14; Asc., 48C). Tanto o episódio dos *Ludi Apollinares* quanto, no mês seguinte, o dos *Ludi Romani* tinham como motivação a escassez e o preço dos alimentos (GARNSEY, 1988, p. 205), permitindo-nos observar três aspectos que nos interessam sobremaneira na reflexão sobre a agência dos grupos populares em revoltas na República tardia: a participação de líderes como canalizadores da ira popular de modo a auferir ganhos políticos; os repertórios da plebe urbana em suas demonstrações de

<sup>16</sup> Jogos em honra ao deus Apolo eram permanentes desde o fim do séc. III a.C., ocorrendo entre 6 e 13 de julho. Incluíam sacrifícios a Apolo, Diana e Latona, além de jogos e banquetes (SCULLARD, 1981, p. 159-160).

descontentamento e, por fim, os interesses objetivos que norteavam essas revoltas, apesar da participação de lideranças com interesses próprios.

Os *Ludi Romani* eram comemorados em honra a Júpiter *Optimus Maximus* entre os dias 5 e 19 de setembro, compreendendo o dia ao qual tradicionalmente se atribuía a dedicação do templo de Júpiter, no Capitólio, em 13 de setembro de 509 a.C. Envolveu um conjunto variado de divertimentos, jogos de vários tipos e peças de teatro, além de procissões e sacrifícios públicos, sendo uma das datas festivas mais relevantes do calendário romano (SCULLARD, 1982, p. 183). A flutuação de preços acentuava-se naquele mês, em 57 a.C., e Marco Túlio Cícero, que havia retornado do seu exílio no início das festividades, era um dos mais cobrados pela situação, já que corriam boatos de que o súbito aumento dos preços era de sua responsabilidade (Cass. Dio., 39, 9, 2-3; Cic., *Att.*, 4, 1, 6).<sup>17</sup>

O principal interessado na responsabilização de Cícero pela crise alimentar que grassava em Roma era P. Clódio Pulcro, seu adversário político e responsável pelo seu exílio, em 58 a.C. Clódio havia se tornado popular entre a plebe urbana por meio de sua política de apoio aos *collegia* e seu conjunto de leis de interesse popular, dentre as quais se destacava a distribuição gratuita de grãos aos cidadãos pobres. Com auxílio de aliados próximos às lideranças dos *collegia*, conseguia rapidamente mobilizar a plebe urbana em torno de questões de seu interesse ou de interesse de ambos.<sup>18</sup> Clódio havia tentado impedir o retorno de Cícero a Roma, inclusive com o emprego de violência, mas havia sido vencido (Cass. Dio., 39, 7, 1-3). O apoio de Cn. Pompeu, recentemente rompido com Clódio, foi crucial para o consenso pelo retorno do orador, que se tornara inevitável (Plut., *Pomp.*, 48, 4). Diante disso, P. Clódio passou a acusar Pompeu de ser o responsável pelos aumentos repentinos dos preços dos alimentos e o nome de Cícero também começou a circular entre a plebe urbana como o corresponsável pela escassez. Em seu discurso, no qual solicitava a restauração de sua casa confiscada e dedicada à *Libertas* por Clódio, Cícero afirmava:

Eles estavam exigindo trigo; como se eu supervisionasse o mercado de trigo; ou como se eu estivesse guardando algum trigo em estoque; ou como se, de fato, eu tivesse alguma administração ou influência em qualquer assunto dessa classe [...] O sujeito, que estava sedento por matança, havia publicado meu nome aos artesãos e à multidão ignorante (Cic., *Dom.*, 14).

<sup>17</sup> Segundo Cícero, a multidão clamava dele a resolução da questão como se tivesse poder sobre questões de abastecimento, e como se o aumento fosse relacionado ao seu retorno (*Mea opera frumenti inopiam esse clamarent*, Cic., *Att.*, 4, 1, 6).

<sup>18</sup> Ver Tatum (2010), Flambard, (1977) e Vanderbroeck (1987).

É importante notar, porém, que as acusações de Clódio não bastavam por si, e sua aceitabilidade ou não, não se sustentava somente com base em sua popularidade ou por suas relações estreitas com lideranças associativas da plebe. Em primeiro lugar, havia outros boatos sobre a possibilidade de que a escassez estivesse sendo fabricada por interesses econômicos ou pessoais, e eles corriam entre diferentes grupos sociais. Plutarco afirma que alguns acreditavam ser obra do cônsul Lêntulo Espínter, interessado em dar a Pompeu o comando do suprimento de grãos, tirando-o da disputa por uma comissão a ser enviada a Alexandria (Plut., *Pomp.*, 49, 5). O próprio Cícero, por sua vez, levantava a hipótese de que a escassez pudesse ter como causa tanto as dificuldades nas colheitas em províncias produtoras de grãos, quanto a ação deliberada de mercadores estrangeiros a fim de enviar os estoques para outros lugares e reter parte deles, aumentando os preços em Roma e alavancando sua lucratividade (Cic., *Dom.*, 11). Ademais, sugere Cícero, antes de seu retorno, a diminuição dos preços costumava ser condicionada ao fim de seu exílio. Quando sua restauração foi definida, em agosto, de fato houve uma queda repentina nos preços, o que apenas antecedeu outro severo aumento, no início de setembro. Certamente estas flutuações, tão intimamente relacionadas ao retorno de Cícero a Roma, contribuíram para dar contornos de verossimilhança aos boatos instigados por Clódio (Cic., *Dom.*, 15).

A mobilização se reunia desde a noite anterior aos tumultos no templo da Concórdia quando, segundo Cícero, grupos foram à sua casa demandar o trigo em falta, o que Cícero atribuía a Clódio: "Quem foi que eles disseram que deveria fornecer trigo? não fui eu? O que é que aquela turba noturna de meninos treinados por você (Clódio) insistia em exigir?" (Cic., *Dom.*, 14).<sup>19</sup> Quais grupos de fato participavam da *flagitatio* noturna na casa de Cícero, e da invasão ao teatro e assédio ao Senado na manhã seguinte, não é fácil de precisar. Cícero fala de lojistas e de artesãos convocados por aliados de Clódio (*concitator tabernariorum; operis; Cic., Dom., 13 ;14*); de pobres e de ignorantes (*inopium atque imperitorum, Cic., Dom., 3*) aos quais se somava o exército de perdidos de Clódio, organizado de maneira militar (*exercitus perditorum, Cic., Dom., 13*). Se supõe que um grupo heterogêneo participava deste e de outros movimentos semelhantes, cuja organização tinha a proeminência dos *tabernarii*, além dos *operae clodianae*, libertos e clientes intimamente ligados a P. Clódio, cujo papel era o de mobilizar as pessoas, relacionando os interesses do ex-tribuno às necessidades imediatas da plebe urbana.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> *Quem annonam praestare oportere dicebant? nonne me? quid? operarum illa concursatio nocturna non a te ipso instituta me frumentum flagitabat?*

<sup>20</sup> Sobre os diferentes grupos que participavam de uma política informal, ou seja, por meio de mobilizações coletivas, ver Mouritsen (2010), Vanderbroeck (1987). Courrier defende a existência de uma *plebs media*, centrada sobretudo em artesãos e lojistas com papel importante na organização de mobilizações populares (COURRIER, 2014, p. 297-365).

Por volta de 7 de setembro, o Senado, diante do agravamento da situação, se reuniu no templo da Concórdia. Uma multidão primeiro correu ao teatro temporário no qual ocorriam os *Ludi Apollinares*, e depois seguiu para as imediações do templo onde os senadores estavam reunidos, atacando senadores e magistrados com pedras (*facta lapidatio est*, Cic., *Dom.*, 12), além de ameaçar incendiar o templo.

Uma grave escassez havia surgido na cidade e todo o populacho correu ao teatro (eles ainda utilizavam um teatro temporário para os jogos públicos) e, depois, para o capitólio onde os senadores estavam em sessão, ameaçando, primeiro, mata-los com suas próprias mãos, depois, queima-los vivos, templos e tudo (Cass. Dio., 39, 9, 2-3).<sup>21</sup>

A violência do tumulto foi tamanha que o próprio cônsul Mételo Nepos foi atingido com pedradas, e Cícero optou por permanecer em casa durante o ápice das tensões (Cic., *Dom.*, 3; 13). O orador acusava Clódio de estar envolvido nos ataques, nomeando aliados seus que foram vistos juntos à multidão, lançando pedras contra os magistrados.<sup>22</sup> No dia posterior, o fórum continuava ocupado pela plebe, mas muito havia mudado. Em primeiro lugar, corriam tanto entre a plebe quanto entre parte da aristocracia, boatos de que seriam conferidos a Pompeu poderes especiais para a reorganização da rede de suprimentos a Roma (Cic., *Att.*, 4, 1, 6). Tal medida contrariava os interesses de Clódio, que tinha Pompeu como adversário; por outro lado, Pompeu já havia atuado anteriormente em meio a crises semelhantes, com destaque para seu bem-sucedido mandato proconsular contra os piratas no Mediterrâneo, em 67 a.C., reorganizando o transporte de alimentos para Roma (Cass. Dio., 36, 23-27) e, portanto, era o nome evidente para a missão. Como a mobilização tomava uma direção contrária ao que se esperava, Clódio e seus aliados retiraram-se, e não compareceram no dia seguinte à reunião do Senado, esvaziada com o receio de novos protestos (Cic., *Dom.*, 6-7, 15).

Com a ausência de Clódio, Cícero foi ao Senado mesmo em meio à continuidade das tensões e propôs que Pompeu recebesse autoridade proconsular por cinco anos para liderar a logística de suprimentos de Roma (Cic., *Dom.*, 18). O orador via-se na obrigação de retribuir o esforço de Pompeu em aprovar seu retorno do exílio e, ao mesmo tempo, de dar resposta à hostilidade popular da qual era alvo nos últimos dias

<sup>21</sup> λιμοῦ γὰρ ἐν τῇ πόλει ἰσχυροῦ γενομένου, καὶ τοῦ ὀμίλου παντὸς ἕξ τε τὸ θέατρον (οἶω δὲ δὴ καὶ τότε ἔτι θεάτρῳ ἕξ τὰς πανηγύρεις ἐχρῶντό) καὶ μετὰ τοῦτο καὶ ἐς τὸ Καπιτώλιον ἐπὶ τοὺς βουλευτὰς συνεδρεύοντας ἐσπηδήσαντος, καὶ τότε μὲν ἐν χερσὶν αὐτοῦ ἀποσφάξιν τότε δὲ καὶ καταπρήσειν αὐτοῖς τοῖς ναοῖς ἀπειλοῦντος.

<sup>22</sup> Cícero afirma que M. Lólio e L. Sérgio, aliados próximos a Clódio, foram nomeados entre os que assediaram senadores com pedras. Cícero os acusa de serem os guarda-costas de Clódio, além de mobilizadores dos lojistas, porta-estandartes da sedição e apedrejadores (Cic., *Dom.*, 13-14). Sobre estes aliados de Clódio, ver Flambard (1977) e Vanderbroeck (1987).

devido à suspeita que pairava sobre ele com relação aos preços. Aprovar o mandato especial era, segundo o próprio, atender o que a plebe pedia insistentemente e, ao mesmo tempo, atender o que parte do Senado já discutia (Cic. *Dom.*, 16; 9). Já P. Clódio buscou anular a decisão do Senado sob a alegação de que, devido ao baixo quórum e pela tensão que permanecia, mesmo após sua retirada dos protestos, a lei que dava a Pompeu o comando do suprimento de alimentos foi irregularmente aprovada (Cic., *Dom.*, 10). Da oposição de Clódio à lei se compreende, em primeiro lugar, que mesmo com a ausência de Clódio como um líder direto da mobilização, eram sobretudo os interesses objetivos que direcionavam a revolta, ou seja, o preço dos grãos. Além disso, como sustenta o próprio Clódio, a pressão na direção de tornar Pompeu o responsável pelo suprimento feita por meio de repertórios de revolta empregados (especialmente, *flagitatio* e *lapidatio*), era suficiente para tanto amedrontar os senadores que optaram por não comparecer ao Senado, quanto para incentivar os presentes a aprovar a proposição de Cícero por medo da revolta (Cic., *Dom.*, 10).

Da defesa que Cícero faz da sua decisão de propor o mandato especial a Pompeu, por sua vez, pode-se inferir também que revoltas como estas tinham de fundo os interesses em jogo, neste caso, a questão dos preços. Ao analisar a conveniência de sua atitude, Cícero elenca ao menos duas possibilidades principais como motivos para a escalada da violência naquele 7 de setembro de 57 a.C. Ambas, segundo o orador, justificariam que o Senado conferisse a um só homem, Pompeu, poderes extraordinários como os que foram concedidos.

Em primeiro lugar, Cícero reconhece que a escassez era, de fato, severa e, se não era fome de imediato, ela certamente se avizinhava. Impelida pela necessidade, portanto, era plausível para o orador que a revolta tenha sido obra da plebe.

A questão não era de opiniões incertas, era um caso de perigo realmente existente, presente aos nossos olhos; não era algo que esperávamos em conjecturas, mas que estávamos realmente contemplando pela experiência presente. Pois quando a escassez foi ficando mais severa, de modo que na verdade era a carência e a fome que se temia, e não a mera avareza de preço, houve uma corrida ao Templo da Concórdia, quando o cônsul Metelo convocou o Senado para se reunir naquele local. *E se esse era o efeito genuíno da dor dos homens que sofrem com a fome, certamente os cônsules tinham boas razões para empreender o assunto, certamente o Senado tinha boas razões para adotar uma determinação ou outra* (Cic., *Dom.*, 11, grifo nosso).

O agravamento da escassez era causa plausível para a revolta e de modo algum a violência que foi registrada neste episódio foi, como já discutido, um caso isolado, visto que o período era, pelo contrário, de multiplicação de momentos de violência especialmente relacionados ao peso dos custos da vida urbana (ALDRET, 2013, p. 435). Por outro lado,

logo adiante, Cícero refletia se a necessidade da plebe tenha sido o pretexto que P. Clódio buscava para o quanto pudesse atacar seus adversários, entre eles, o próprio Cícero: “mas se escassez fosse pretexto, e se você (Clódio) fosse, na verdade, o agitador e estimulador da sedição, não deveríamos nós eliminar toda sombra de pretexto para sua fúria?” (Cic., *Dom.*, 11). Nesta hipótese, a de que houvesse uma escassez real e sua utilização política por Clódio, não haveria menos razões para que o senado sanasse a questão: “e se essas duas causas existissem, se houvesse fome para excitar os homens, e você também como um prego cravando nessa úlcera?” (Cic., *Dom.*, 12).

Cícero dá ênfase maior a esta conjectura, a de que houve concomitantemente uma revolta causada pela escassez de alimentos, e o oportunismo político de P. Clódio, atuando com a liderança de seus *operae Clodianae* com o objetivo de direcionar a revolta contra seus adversários. A penúria era evidente, não poderia ser negada ou explicada somente pelo direcionamento de Clódio (Cic., *Dom.*, 16). Também era evidente que, sobre a *cura annonae* de Pompeu, a liderança exercida por Clódio e a plebe em revolta divergiram e seguiram caminhos diferentes, o que Cícero salienta ao descrever tanto a presença da plebe no fórum, exigindo a resolução do Senado, quanto a ausência de Clódio e de seus aliados (Cic., *Dom.*, 6). Portanto, afirmava Cícero que:

[...] homens foram atacados com pedras (*facta lapidatio est*). Se isso surgiu da dor da plebe, sem que ninguém as tenha incitado, é uma grande desgraça; mas se foi causado por instigação de Públio Clódio, é apenas a maldade habitual de um homem mau. (Cic., *Dom.*, 12).

Se essas duas causas existissem, - se houvesse um fato suficiente por si só para excitar os sentimentos da multidão, e se havia líderes de sedição prontos e armados; então, não parece natural que a república tenha recorrido à proteção do cônsul e à lealdade do senado? (Cic., *Dom.*, 12).

Havia, para o autor, portanto, duas situações que pediam a atenção do Senado. A escassez, que foi o principal motor da revolta, e a atuação de seu adversário que, por meio das suas conexões: “sob o pretexto de defender a causa dos pobres e ignorantes, estava se preparando para ataques repentinos aos cônsules, ao Senado, às propriedades e fortunas dos ricos” (Cic., *Dom.*, 13). A causa, no entanto, era real, e o documento sugere ser plausível que a revolta fosse, em certa medida, mantida por lideranças independentes da autoridade de Clódio, como de fato se tornaram quando os objetivos seus e da multidão se distanciaram. De Cícero era demandado que tomasse uma atitude com relação ao quadro, uma vez que os boatos sobre sua responsabilidade ganharam as ruas: “abundância de trigo e preços baixos eram exigidos de mim, como se eu tivesse qualquer influência em produzir um estado de coisas como este” (Cic., *Dom.*, 16), e, por

fim, Cícero terminou aplaudido, como afirma, com certo desconforto, quando seu nome foi anunciado como propositor da *cura annonae* de Pompeu (Cic., Att., 4, 1, 6).

## Conclusões

O último século da República foi um momento de efervescência política que se traduziu no embate político-militar, mas também entre grupos da plebe urbana de Roma que eram diretamente afetados por questões relacionadas à sua vida social e sua subsistência. Embora os Estudos Clássicos tenham dado, por muito tempo, ênfase apenas ao primeiro aspecto destas décadas turbulentas, desde os anos 1960, surgiram questionamentos sobre o papel de livres pobres, libertos e escravizados nesta sociedade e suas relações com seus governantes. Nos anos 2000, novos questionamentos sobre grupos subalternizados nas Ciências Sociais atingiram também os Estudos Clássicos, trazendo-os à ordem do dia, conferindo novos níveis de complexidade aos estudos da *não-elite* romana. Deste modo, foi dado um lugar privilegiado às práticas dos grupos subalternos e ao estudo da agência, ou seja, do espaço de possibilidades de estes grupos interferirem na sua realidade objetiva.

Este artigo se propôs a refletir sobre esta agência sob o olhar das revoltas populares tardo-republicanas. Embora fossem diretamente mediadas por interesses das elites dirigentes, as dissensões no seio desta elite também davam espaço para que grupos subalternos buscassem seus próprios interesses como, por exemplo, uma providência dos seus magistrados com relação aos altos preços dos alimentos. A concepção de repertório, cunhada por Charles Tilly, nos auxilia nesta empreitada, na medida que considera as formas de agir dos grupos em revolta como ferramentas construídas por uma coletividade e empregadas de acordo com os interesses em jogo e as possibilidades de sucesso. A plebe romana tardo-republicana também possuía seu repertório, como rotinas ritualizadas de ação popular que se repetiam, como a *flagitatio*, a *lapidatio*, os clamores e protestos no teatro, a ameaça ou, de fato, o incêndio.

O estudo de caso apresentado, a revolta dos *Ludi Romani*, em 57 a.C., possui elementos interessantes para esta reflexão. A cidade vivia um quadro de escassez de grãos que fazia com que os preços subissem a limites proibitivos. O descontentamento da plebe foi astutamente canalizado, em um primeiro momento, por P. Clódio, interessado em desmoralizar seus adversários políticos. A revolta que se seguiu empregou ferramentas conhecidas das revoltas populares romanas: de boatos sobre os magistrados e a escassez, apedrejamento de magistrados e prédios até a ameaça de incêndio. Embora Clódio tenha participado ativamente de início, afastou-se da revolta quando esta tomava caminhos

diferentes. A plebe continuava, ainda assim, demandando que o Senado tomasse providências, o que de fato ocorreu muito em função da pressão exercida pela multidão. A estrutura da sociedade romana, profundamente hierarquizada e com poucos espaços para a política institucional reservados aos subalternos, sem dúvida restringia os limites da ação destes agentes, mas, como nos ensinam os revoltosos dos *Ludi Romani*, não impedia definitivamente que estes grupos buscassem seus interesses, ainda que de pedras na mão.

## Referências

### Documentação textual

- APPIAN. *Roman History: the civil wars, books 1-3.26*. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University Press, 1913. 3 v.
- ASCONIUS. *Commentaries on speeches of Cicero*. Translated by R. G. Lewis. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CICERO. *Letters to Atticus: volume I-XVI*. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- CICERO. *Pro Archia. Post Reditum in Senatu. Post Reditum ad Quirites. De Domo Sua. De Haruspicum Responsis. Pro Plancio*. Translated by N. H. Watts. Cambridge: Harvard University Press, 1923.
- DIO CASSIUS. *Roman History*. Translated by Earnest Cary, Herbert B. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1914. 3 v.
- PLUTARCH. *Lives: volume I-X*. Translated by Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1919-1920.
- SALÚSTIO. *A Conjuração de Catilina e a Guerra de Jugurta*. Tradução de Barreto Feio. Petrópolis: Vozes, 1990.

### Obras de apoio

- ALDRET, G. Riots. In: ERDKAMP, P (ed). *The Cambridge Companion to Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ALONSO, A. Repertório segundo Charles Tilly: a história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, p. 21-41, 2012.
- BELCHIOR, Y. *Iam Victum fama non visi Caesaris agmen (Luc. Phars. 2, 600): os boatos nas guerras civis entre Pompeu e César (54 – 48 a.C.)*, 2018. Tese (Doutorado em

- História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BRUNT, P. A. *The Roman mob*. *Past & Present*, n. 35, p. 3-27, 1966.
- COURRIER, C. *La plebe romain et sa culture*. Rome: École française de Rome, 2014.
- CARROLL, M. *Infancy & earliest childhood in the Roman World: a fragment of time*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- ERDKAMP, P. A starving mob has no respect: urban markets and food riots in the Roman world, 100 BC – 400 AD. In. DE BOIS, L.; RICH, J. (ed.). *The transformation of economic life under the Roman Empire*. Brill: Amsterdam, 2002, p. 93-115.
- FLAIG, E. Repenser le politique dans la République romaine. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 105, 1994, p. 13-25.
- FLAMBARD, J. Clodius, les collèges, la plèbe et les esclaves. *Mélanges de l'École Française de Rome*, t. 89, n. 1, 1977, p. 115-156.
- FLOWER, H. *The dancing lares and the serpent in the garden: religion at the Roman street corner*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- GARNSEY, P. *Famine and food supply in the Graeco-Roman World: responses to risk and crises*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- GRIG, L. *Popular culture in the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- GUARINELLO, N. L. Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. *História*, v. 26, n. 1, p. 125-132, 2007.
- GIDDENS, A. *Social theory and modern sociology*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- HÖLKESKAMP, K-J. *Reconstructing the Roman Republic: an ancient political culture and modern research*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- HORSFALL, N. *The culture of the Roman plebs*. Bristol: Bristol Classical Press, 2003.
- KNAPP, R. *Invisible romans*. London: Profile Books, 2011.
- LAURENCE, R. Rumor and communication in Roman politics. *Greece & Rome*, v. 41, n. 1, p. 62-74, 1994.
- LINTOTT, A. W. *Violence in Republican Rome*. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- OLIVEIRA, J.; COURRIER, C. (ed.). *Ancient History from below: subaltern experiences and actions in contest*. London: Routledge, 2022.
- OLIVEIRA, J. *Late Antiquity: the age of crowds?* *Past & Present*, v. 249, n. 1, p. 3-52, 2020.
- MARSHALL, A. J. Symbols and showmanship in Roman public life: the fasces. *Phoenix*, v. 38, n. 2, p. 120-141, 1984.
- McLACHLAN, B. *Women in ancient Rome*. London: Bloomsbury, 2013.

- MORSTEN-MARX, R. *Mass oratory and political power in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MOURITSEN, H. *Plebs and politics in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NIPPEL, W. *Public order in Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- PURCELL, N. Rome and the plebs urbana in the Late Republic. In: CROOK, J. A.; LINTOTT, A.; RAWSON, E. (ed.). *Cambridge Ancient History: the last age of the Roman Republic, 146-43 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992. v. IX.
- ROSILLO-LOPEZ, C. 'Temo a los troyanos: rumores y habladurías en la Roma tardorrepublicana'. *Polis*, n. 9, p. 113-134, 2007.
- ROSILLO-LOPEZ, C. *Political communication in the Roman World*. London: Brill, 2017.
- SCULLARD, H. H. *Festivals and ceremonies of the Roman Republic*. Ithaca: Cornell University Press, 1982.
- SIMÓN, M.; POLO, P. F. Mario Gratidiano, los compita y la religiosidad popular a fines de la Republica. *Klio*, n. 82, v. 1, p. 154-170, 2000.
- SUMI, G. S. The crowd at Clodiu's funeral. *Historia*, n. 46, p. 80-102, 1997.
- TATUM, J. *The patrician tribune, Publius Clodius Pulcher*. London: University of North Carolina Press, 2010.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.
- TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758 – 1834. *Social Science History*, v. 17, n. 2, p. 253-280, 1993.
- TONER, J. *Popular culture in Ancient Rome*. Cambridge: Polity, 2009.
- TRAN, N. *Les membres des associations romaines, le rang social des collegiati en Italie et en Gaules sous le Haut-Empire*. Rome: École Française de Rome, 2006.
- VANDERBROEK, P. J. *People leadership and collective behavior in the Late Roman Republic (80 a.C-50 B.C)*. Gieben Publisher: Amsterdam, 1987.
- VIRLOUVET, C. *Famines et émeutes à Rome des origins de la République à la mort de Néron*. Roma: École Française de Rome, 1985.
- VLASSOPOULOS, K. Marxism and Ancient History. In: ALLEN, D.; CHRISTESEN, P.; MILLET, P. (ed.). *How to do things with History: new approaches to Ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 209-236.
- YAVETZ, I. The living conditions of the Roman plebs in Republican Rome. *Latomus*, n. 17, p. 500-517, 1958.
- YAVETZ, I. *Plebs and princeps*. London: London University Press, 1969.